



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de se debater os verdadeiros propósitos e resultados, até o momento, do processo de intervenção das forças militares brasileiras na Missão de Estabilização do Haiti (Minustah).

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir e avaliar os verdadeiros propósitos e resultados, até o presente momento, do processo de intervenção das forças militares brasileiras na Missão de Estabilização do Haiti (Minustah), operação liderada pelo Brasil e que teve início em 2004, posteriormente à destituição do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide em uma revolta armada deflagrada em fevereiro do mesmo ano.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A missão é formada por tropas militares da Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai.

Órgãos de imprensa nacionais e internacionais noticiaram recentemente dados de que o Haiti é o país mais pobre da América, onde 75% da população sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia. Os conflitos internos e os golpes de Estado que perpassaram sua história literalmente arrastaram o país para os bolsões da miséria, deixando marcas profundas nas estruturas mais básicas dos serviços de atendimento da população. Hoje, o que se vê é a quase inexistência de políticas públicas que assegurem de fato os direitos mais básicos do povo haitiano, que vive com a constante falta de alimentos, hospitais, água potável, segurança, moradia e energia elétrica.

Solicito que sejam convidadas para debater essa questão, entre outras autoridades e pessoas interessadas na temática, cujos nomes serão encaminhados a esta Comissão posteriormente, representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e membros do Comitê de Solidariedade ao Haiti.

Justificativa

A imprensa tem noticiado nos últimos meses a ocorrência de uma série de violações praticadas por militares integrantes da Missão de Estabilização do Haiti da ONU (Minustah) contra civis. O Brasil lidera a intervenção desde fevereiro de 2004 e hoje conta com efetivo de aproximadamente 1.200 homens.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quase sete anos depois da ocupação do Haiti pela Minustah, ainda não há dados que apontem para a melhoria das condições de vida da população. Em suma, o objetivo de trazer a paz e a estabilidade à República haitiana tem se revelado uma verdadeira escalada de atos violentos, demonstração de autoritarismo das forças de ocupação e, de forma cada vez mais escancarada, a violação de Direitos Humanos.

Dados recentemente veiculados pela imprensa brasileira e Uruguai confirmam a dura realidade do Haiti: a nação continua sendo a mais pobre das Américas, onde 75% das pessoas sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia. Com a guerra e os sucessivos golpes de Estado, a indústria têxtil haitiana diminuiu cerca de 80%, mas ainda representa 10% do PIB e 68% das exportações do país. Falta energia elétrica todos os dias e cerca de 80% da população está desempregada.

Para além do discurso oficial da ONU, de que a Minustah é uma missão humanitária e tem como principal objetivo garantir a paz e a governabilidade do território haitiano, os fatos mais concretos sinalizam para o recrudescimento de uma verdadeira intervenção político-militar em defesa da manutenção de interesses estrangeiros associados às classes dominantes locais, numa clara violação do Art. 3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde se diz que o princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diante da situação de instabilidade atualmente vivida naquele país e sabendo-se da ocorrência de diversas ações que colocam em risco a integridade física e psicológica de milhares de pessoas, entre crianças, mulheres, adultos e idosos haitianos, urge analisarmos e discutirmos os reais propósitos da intervenção militar brasileira no âmbito do processo de ocupação do Haiti e, fundamentalmente, faz-se necessária uma análise do balanço dos resultados alcançados até o momento no sentido de se promover a estabilização social, política e econômica da República haitiana.

Isso posto, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio para a sua aprovação.

Deputada Erika Kokay

(PT-DF)